

A DANÇA NA UFPB: PARA QUEM, POR QUEM E COMO?

Profa. Ms. Michelle Aparecida Gabrielli

Universidade Federal da Paraíba

mikagabrielli@gmail.com

Profa. Ms. Juliana Costa Ribeiro

Universidade Federal da Paraíba

julianapolo@hotmail.com

Resumo: Em outubro de 2013, na Universidade Federal da Paraíba, foi iniciado o Curso de Licenciatura em Dança, um dos mais novos do país. Professores, artistas e demais interessados nesta linguagem artística têm vindo de cidades vizinhas a procura de formação em nível superior, visto que, até então, essa se dava de modo não-formal, por meio de cursos livres em academias de dança e projetos sociais. A forma de ingresso, atualmente, se dá por meio da realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e de uma prova de conhecimento específico em dança. Nesse sentido, o artigo em questão propõe refletir sobre o perfil das duas turmas ingressas, 2013 e 2014, tendo como base as provas de conhecimento específico realizadas por elas. A partir de discussões com o corpo docente e discente sobre o formato e objetivo dessas provas foi possível realizar uma análise referente ao perfil de ambas as turmas, fator importante para (re)pensar a forma de entrada no Curso para os próximos anos. Espera-se, portanto, compreender quem é o estudante de dança e que formação ele busca, além de verificar os aspectos artístico-educativos da Licenciatura em Dança na Paraíba.

Palavras-chave: Curso de Dança; Perfil dos ingressos; Prova de conhecimento específico.

1. Contextos que movem a dança na UFPB

O Curso de Licenciatura em Dança da Universidade Federal da Paraíba é um dos mais novos do Brasil, tendo iniciado suas atividades em outubro de 2013. A Licenciatura em Dança vem a suprir uma demanda não só do município de João Pessoa – que abriga o Curso – mastambém do Estado da Paraíba. Professores, artistas e demais interessados nessa linguagem artística vêm de cidades vizinhas em busca de formação em nível superior.

Até então, a formação de artistas e professores de Dança se dava de modo não-formal, por meio de cursos livres em academias de dança e projetos sociais. Quem desejasse realizar um curso superior em Dança precisava sair da Paraíba, recorrendo, por exemplo, aos cursos mais próximos no Recife-PE, em Natal-RN, em Fortaleza-CE, ou ainda, em Salvador-BA.

Neste sentido, a primeira turma a ingressar no Curso é composta majoritariamente por estudantes que já atuam como professores de Dança em ambientes educativos não-formais, como escolas de dança, projetos sociais, centros de artes, entre outros, além de bailarinos, coreógrafos e artistas de rua. Conseqüentemente, apresenta-se como uma turma muito heterogênea em que diversos estilos de dança podem ser vistos e experienciados, como balé clássico, dança do ventre, tribal, hip-hop, dança contemporânea. A segunda turma tem características semelhantes à primeira, contemplando professores e artistas do balé clássico, da dança de salão e do hip-hop, no entanto, a presença de discentes que possuem pouca ou nenhuma experiência com a área da dança pode ser notada, contribuindo para a reflexão sobre o papel da formação universitária, sobretudo na dança.

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) para a referida licenciatura foi pensado a partir da realidade da dança paraibana. Não contempla nenhum estilo de dança específico, estando alicerçado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) que orientam o ensino da dança nas escolas com uma abordagem de corpo que vivencie criativamente o movimento estético, que experimente a fruição da dança e contextualize essa arte. Assim sendo, as formas tradicionais de ensino da dança, baseadas em técnicas específicas de estilos determinados mostram-se inadequadas. Espera-se, no Curso de Licenciatura em Dança que

o(a) aluno(a) desenvolva a prática de ensinar, vivenciando a experiência do fazer artístico, aprofundando-se nas especificidades de sua escolha. Também no sentido de propiciar reflexão sobre os contextos educacionais, a percepção das características da região em que a UFPB se localiza e a realidade no que se refere ao exercício profissional na área das artes cênicas em geral e da dança em particular, norteiam a elaboração deste projeto (VICENTE; SCHULZE; SERPA, 2012, pp. 15-16).

Ainda segundo o PPC, a trajetória artística do dançarino, por si só, não garante que o mesmo seja um bom professor: alguém que forme e eduque pessoas que vivenciam ou tenham vivenciado plenamente a experiência da dança como uma linguagem estética e criativa do movimento. “Pretende-se formar profissionais atentos às necessidades da dança na escola e às responsabilidades inerentes ao ofício do educador” (VICENTE; SCHULZE; SERPA, 2012, p. 15).

Historicamente o ensino da dança cênica vem sendo baseado no modelo de cópia e repetição a fim de atingir uma imagem ideal de movimento. Tudo isso de maneira hierárquica, de modo que o aluno tem pouca liberdade para fazer escolhas e exercer sua criatividade. O que se apresenta nesse tipo de abordagem é uma grande competição entre os alunos, perda de autoestima e uma desvalorização do corpo que não atinge os padrões próximos ao ideal. Como no Brasil o primeiro estilo de dança que se legitimou como arte foi o balé clássico, essa

metodologia de ensino passou a ser adotada massivamente em todo o país, passando a ser modelo inclusive para outros estilos de dança.

Segundo Dowbor (2008), todo educador se coloca na posição de modelo para o outro. A autora admite dois tipos de modelo: o autoritário e o democrático. Nesse ínterim,

chamo de modelo autoritário o tipo de modelo que existe para ser unicamente imitado, copiado, seguido como exemplo. Não ousamos recriá-lo ou superá-lo. Modelo autoritário castra, limita e não delimita, impossibilita que o outro seja ele mesmo. [...] Chamo de modelo libertador, democrático, o tipo de modelo que existe para ser superado, recriado. Que assume “seu saber” não como detentor da verdade, mas sim como possibilidade para que o outro saiba mais (DOWBOR, 2008, pp. 64-65).

Tanto no PPC quanto na escolha dos profissionais que fazem parte do corpo docente da Licenciatura em Dança da UFPB foi pensado num Curso que prime pelo modelo democrático, em que o professor atue como um facilitador e o discente seja convidado a mergulhar numa pesquisa criativa de movimentos. Não há uma negativa dos estilos e/ou experiências anteriores dos docentes, pelo contrário, esse conhecimento alicerça e embasa as aulas para que os estudantes possam, a partir daí, experimentar e criar sua dança.

Todavia, muitos dos ingressos nas graduações em Dança compartilham a ideia de que um curso superior em Dança precisa oferecer aulas de técnicas específicas e que para ingressar neste é necessário que se saiba dançar. Aqui não está se falando se a pessoa possui ritmo, se gosta de dançar, se tem contato com algum estilo ou ainda se tem facilidade para o aprendizado de determinada técnica. Mas sim, se ela domina as técnicas codificadas, por exemplo, o balé clássico ou a dança contemporânea.

Destaca-se que grande parte das seleções para cursos de graduação em Dança privilegia, muitas vezes, os candidatos que tenham maior aptidão para a dança e que sejam exímios bailarinos. Conforme essa linha de pensamento, não se oferece chance aos que não tenham uma técnica ou não sejam tão bons, muito menos aos que nunca dançaram! Vale lembrar que na área de artes vigora o pensamento de que para fazer uma graduação o candidato precisa provar que possui conhecimento prévio. Na grande maioria das graduações não é preciso ter conhecimento específico do ofício para ingressar, os quatro ou cinco anos de estudos garantem a sua formação profissional. Sob esse viés torna-se importante refletir a respeito das provas de conhecimento específico (PCE) para o ingresso no Curso de Dança da UFPB.

2. Quem pode e quem não pode fazer faculdade de dança? As provas de conhecimento específico

Sabe-se que o Curso de Licenciatura em Dança da UFPB é novo, logo, foram realizadas apenas duas PCE – sendo que os candidatos aprovados na última ingressaram em setembro de 2014. Embora essas PCE tivessem como intuito selecionar os futuros estudantes da Licenciatura em Dança, foram pensadas e desenvolvidas de modo bastante distinto, apesar de buscarem uma “seleção” coerente com os objetivos do Curso.

A primeira PCE aconteceu em 2012, para entrada em outubro de 2013. Os candidatos deveriam apresentar uma coreografia solo previamente estruturada e ensaiada, com no mínimo dois e no máximo cinco minutos de duração, podendo ser original ou não e em qualquer estilo de dança. Do mesmo modo, o candidato podia optar pela utilização ou não de figurino, cenário, objetos de cena, música. Destaca-se que esta avaliação foi aberta ao público, assim, concorrentes, parentes e amigos puderam assistir as coreografias solos que foram apresentadas.

A PCE teve “como finalidade avaliar a capacidade do candidato de se expressar através dos elementos da linguagem da dança: corpo e sua relação com o espaço, tempo e energia” (UFPB, 2012, p. 35)¹. Os critérios de avaliação foram:

Originalidade no desenvolvimento do tema proposto.

Atitude: estar presente no momento. Capacidade de concentração.

Postura: neste quesito considera-se o uso equilibrado dos segmentos corporais de forma individualizada, na diversidade da linguagem em dança.

Orientação Espacial: observa-se a utilização harmoniosa e versátil do espaço cênico. Domínio no uso do espaço coerentemente com a proposta escolhida pelo candidato.

Ritmo: concebe-se o ritmo como fator atuante nas dinâmicas e significados do movimento através da utilização de elementos rítmicos como tempo, contratempo, pausa e pulso. Além disso, será avaliada a relação da música com o movimento (musicalidade) do candidato.

Domínio Corporal: observa-se o desenvolvimento da habilidade motora em função da expressão artística. Na progressão do movimento, em relação ao espaço, onde as partes do corpo executam inúmeras ações, deverão estar contidos: o eixo de equilíbrio, o tônus muscular e a unidade corporal.

Observa-se o equilíbrio das diversas partes do corpo (UFPB, 2012, p. 35).

Ressalta-se que, nesta circunstância, o sistema de ingresso na UFPB ainda era o tradicional vestibular e, no caso do Curso de Dança, acrescentava-se a PCE.

A opinião dos estudantes de 2013² sobre a PCE que realizaram não é unânime, há os que gostaram e os que não se sentiram a vontade, como pode ser visto a seguir: “gostei

¹ Edital nº 046/2012 referente ao processo seletivo de 2013 para os cursos de graduação que exigem prova de conhecimento específico: Música, Teatro, Artes Visuais, Tradução e Dança.

bastante, mesmo que não tenha muito haver (sic) [a ver] com que é trabalhado no curso” (E11). “Achei bom, é uma forma de selecionar pessoas da área que tem interesse no estudo da dança” (E12). “Interessante, já que a prova deixava livre a expressão artística de cada um” (E13). “Achei que poderia ser mais ‘discreta’, sem expor tanto os candidatos” (E1). “Achei interessante, só quem não tinha muito costume em dançar em palco ou montar algo se prejudicou” (E10).

A partir destas questões e buscando novos pensares e reflexões sobre a função da PCE e a necessidade de se fazer um Curso de Graduação em Dança, a professora da disciplina Metodologia do Trabalho Científico³ fez algumas provocações para a turma de 2013 e solicitou um texto que discutisse a temática “Graduação em dança para quê?”. Entretanto, os estudantes ficaram ainda mais inquietos e esses questionamentos reverberaram na aula que veio a seguir, Técnicas Somáticas⁴, fazendo com que a professora desta disciplina prosseguisse com a discussão.

A questão levantada e a discussão subsequente deixou evidente o pensamento sobre dança vigente na cidade de João Pessoa, que a compreende como aprimoramento técnico de um estilo específico. Seguindo essa linha de pensamento, a PCE realizada em 2012 foi totalmente pertinente, pois, somente pessoas que já possuíam algum código de dança inscrito no corpo estariam aptas a participar da Licenciatura em Dança. Isso valoriza todo o conhecimento adquirido de modo não-formal por anos, em muitos casos, a mais de uma década pelos alunos da primeira turma. Dos trinta e um alunos aprovados apenas um nunca tinha participado de aulas de dança de alguma modalidade específica.

Em relação a essa PCE ser inclusiva ou excludente, têm-se aqui algumas das respostas dadas pelos estudantes: “pode ser visto das duas formas. Mas um profissional que trabalhará com dança não poderia se sentir excluído em um palco, mostrando sua criação” (E14). Outro disse ser inclusivo, pois “acho que demonstrar sua forma de movimentação para os demais candidatos é uma coisa ótima mesmo não tendo nenhuma forma de dança específica” (E15). E ainda:

por um lado vejo que é excludente por ter o impacto da apresentação em cena, o que pode de certa forma assustar pessoas que nunca se apresentaram em cena, mas por

²No início de 2014.2, as professoras Michelle Gabrielli e Juliana Costa Ribeiro aplicaram um questionário fechado para os estudantes da primeira turma (2013) do Curso de Dança da UFPB no intuito de verificar o perfil dos ingressos e a PCE. As falas dos estudantes destacadas nesse artigo referem-se às respostas dadas neste questionário.

³Disciplina ministrada em 2013.2 pela professora do Departamento de Artes Cênicas, Michelle Gabrielli.

⁴Disciplina ministrada em 2013.2 pela professora do Departamento de Artes Cênicas, Juliana Costa Ribeiro.

outro lado penso que quem opta por fazer dança de uma certa forma já sabe que isso é possível de acontecer a qualquer momento. Mas acredito que a dança é para todos, então penso que não seria necessário já ter tido experiência em dança para fazer graduação em dança (E9).

Uma prova, por sua natureza, é excludente. O que se percebe nas respostas é que o fato de ter sido pedido uma coreografia a ser apresentada para uma banca e aberta ao público inibiu alguns candidatos, principalmente os que não tinham familiaridade com uma técnica ou que não tinham muita vivência em apresentações públicas. O fato de não ter sido pedido nenhum estilo específico de dança foi basicamente o argumento dos que classificaram a prova como inclusiva. Ou seja, se há uma prova para testar conhecimentos específicos para ingressar numa Licenciatura em Dança é importante, segundo esses estudantes da primeira turma, que o candidato seja capaz de dançar no palco uma coreografia, independente do estilo escolhido. Há no senso comum uma ideia de que para estar numa graduação em artes é necessário um conhecimento prévio da linguagem artística. Certamente foi a partir disso que foram criadas as PCE. Talvez, o cerne da questão esteja no pensamento de que para ser artista é preciso ter um dom, diferentemente de outras áreas.

Já a segunda PCE ocorreu em fevereiro de 2014⁵ para entrada dos graduandos em setembro deste mesmo ano e foi muito diferente da anterior. Essa PCE foi fechada ao público, permitindo que apenas o grupo de candidatos que fosse realizá-la naquele momento estivesse na sala. Nesta, optou-se por oferecer uma aula nos moldes das que seriam oferecidas no decorrer dos quatro anos de Curso.

Sobre isso, alguns estudantes que ingressaram em 2014 destacaram que: “[...] a partir da prova pude prever como seriam as aulas e até hoje notei algumas semelhanças entre algumas aulas e a prova. Nenhuma me decepcionou. Está sendo realmente do modelo que imaginei” (E2). “As aulas que os professores deram se encaixam exatamente nas aulas práticas e em alguns conteúdos teóricos como Laban⁶, contato e improvisação, etc.” (E6). “A prova específica, abrange quase tudo sobre a graduação, percepção do espaço, níveis alto, médio, baixo, fundamentos de Laban” (E4).

⁵ No início de 2014.2, as professoras Michelle Gabrielli e Juliana Costa Ribeiro aplicaram um questionário fechado para os estudantes da segunda turma (2014) do Curso de Dança da UFPB no intuito de verificar o perfil dos ingressos e a PCE. As falas dos estudantes destacadas nesse artigo referem-se às respostas dadas neste questionário.

⁶ Rudolf Laban, bailarino, coreógrafo e teórico do movimento do século XX. Sua proposta de estudo e pesquisa da movimentação humana é uma das bases do Curso de Licenciatura em Dança da UFPB. Laban acreditava que todos os indivíduos podiam dançar.

Os alunos foram divididos em grupos de dez e vivenciaram uma aula de quarenta minutos que visava perceber os seguintes elementos: relação com o corpo, relação com o espaço e relação com o tempo. Nestes itens foram observados:

Relação com o Corpo: consciência corporal através da organização expressiva do corpo; capacidade de concentração; exploração do gestual a partir da variação do tônus muscular e de deslocamentos no espaço.

Relação com o Espaço: capacidade de orientação espacial; capacidade de execução de movimentos com amplitude e extensão no espaço com ou sem deslocamento.

Relação com o Tempo: capacidade de elaboração de movimentos em diferentes velocidades através da vivência de elementos rítmicos como tempo, contratempo, pausa e pulso (UFPB, 2013, p. 31)⁷.

Vê-se que os critérios de avaliação versavam a respeito das “relações estabelecidas entre os elementos da linguagem da dança, assim como na disponibilidade corporal para execução das atividades propostas, procurando observar as características do estilo de dança de cada candidato” (UFPB, 2013, p. 31).

Aqui, as conjunturas são outras, visto que a UFPB abandonou o sistema de ingresso por meio do vestibular e aderiu (assim como grande parte das universidades federais) ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Isto significa que os candidatos que pretendessem concorrer a uma vaga do Curso de Dança deveriam realizar o ENEM e, posteriormente, a PCE⁸.

Ao descrever as duas PCE da UFPB não está se colocando que uma é melhor ou mais eficiente que a outra, e sim que o corpo docente está em busca de uma prova que valorize e que dê oportunidade a todos os candidatos, não só aos dançarinos. Contudo, esta busca não é fácil e vem gerando muitos questionamentos – construtivos –, especialmente por parte da primeira turma que passou pela PCE de Dança.

A mudança inesperada da PCE fez com que os estudantes da turma de 2013 comparassem a prova que fizeram com a última, 2014. Muitos não conseguiam compreender o motivo de não poderem acompanhar a PCE (por esta ser restrita aos concorrentes) e muito menos o porquê da modificação da prova. Para alguns, este novo sistema era excludente, como se a nova prova fosse incapaz de selecionar os candidatos que soubessem alguma técnica. Também não compreendiam que poderia adentrar ao Curso qualquer pessoa que

⁷Edital nº 036/2013 referente ao processo seletivo de 2014 para os cursos de graduação que exigem prova de conhecimento específico: Música, Teatro, Artes Visuais, Tradução e Dança.

⁸ As universidades ao optarem pela realização do ENEM ao invés de fazerem seus próprios vestibulares, aderiram também ao Sistema de Seleção Unificada (SISU). No entanto, os cursos da área de Artes da UFPB (Artes Visuais, Dança, Música e Teatro) escolheram não entrar no SISU, uma vez que este, até então, não prevê uma forma para que sejam realizadas as PCE.

tivesse afinidade e disponibilidade para a dança, mesmo que nunca tivesse feito uma aula dessa linguagem artística. Um deles deixa muito claro que “qualquer pessoa que queira ingressar no curso tem que ter algum conhecimento [em dança]”(E3). Outro admite que “nem todos tem ritmo e agilidade, algumas pessoas nunca tiveram contato com a dança”(E5), sendo isso inconcebível.

Ao serem questionados se o modelo da PCE de 2014 foi inclusivo ou excludente, os alunos que a realizaram responderam o seguinte: “é inclusivo, pois qualquer pessoa em bom estado de saúde pode realizá-la e interessante, pois, querendo ou não, já demonstra o que está por vir no curso de licenciatura em dança” (E6); “eu considero esse modelo totalmente incluyente por privilegiar a movimentação em si e não uma técnica ou estilo de dança específico” (E8); “acho sim que seja inclusivo, levando em consideração pessoas como eu que não tenho conhecimento, e me vi igual aqueles que já são professores. Achei muito boa essa forma (E7)”.

Ao serem questionados sobre a importância em realizar a PCE como requisito parcial para seleção para entrada no Curso, alguns estudantes de 2013 deram as seguintes respostas: “acredito que sim, pois é uma forma de mostrar um pouco o que aquela pessoa vai viver durante o curso, apesar que deveria ter uma explicação sobre o que é visto. Porque quando as pessoas leem ‘licenciatura em dança’, elas acham que vão conhecer as várias danças que são ensinadas, para poder dar aula sobre” (E12); “sim [acho importante], para avaliar a disponibilidade dos alunos em atuar na dança” (E13); “acho que sim, mas mais com a finalidade de mostrar o que cada pessoa conhece de dança” (E11); “[...] porque para ser professor não é necessário ser o melhor bailarino, mas é preciso ter algum conhecimento sobre o corpo!” (E16); e, por fim, “[...] acho que alguém que for entrar em dança deveria ter alguma vivência, por menor que seja”(E10).

O mesmo questionamento foi feito para a turma de 2014 que responderam que: “sim. A prova específica também é uma forma de ver aquelas pessoas que realmente querem e não porque foi o único curso que deu para entrar” (E17); “sim. Para observar o potencial de cada pessoa, o que pode ser trabalhado, usufruir da criatividade” (E18); “com certeza. A prova específica mostra um pouco das aulas que serão feitas. Então acho [que] o próprio candidato pode ver pela própria prova se é realmente o que quer” (E2); “sim, através dela pode-se observar se o candidato tem um corpo disponível para ‘aguentar’ a carga do curso. Apesar de ser um curso para formar professores, acho interessante que o candidato já tenha uma vivência, já tenha um corpo ‘sensível” (E6); “eu acho tão importante quanto necessária que

uma PCE seja realizada. Pois a graduação em Dança não trabalha apenas conhecimentos teóricos, não podendo portanto, ter apenas o ENEM como forma de ingresso” (E8).

Como citado anteriormente, a proposta da PCE de 2014 gerou polêmica e indignação de alguns alunos ingressos anteriormente. Ao contrário, os recém-ingressos se sentiram muito satisfeitos com a prova que realizaram, achando-a justa e coerente com a formação proposta e os objetivos do Curso. No entanto, de acordo com a indagação feita acima, percebe-se que ambas as turmas acham necessário que seja feita uma prova de seleção para os futuros estudantes de dança, sendo para eles imprescindível que se tenha alguma experiência na área. Apenas um estudante, das duas turmas, disse não achar tão necessário.

A aula avaliativa para entrada da turma de 2014, de acordo com os professores que a criaram, é completamente coerente com toda a estrutura do Curso e trata de uma tentativa de viabilizar o ingresso de pessoas interessadas em dança que ainda não tiveram a oportunidade de estudá-la e não apenas dos que já a praticam há tempos. Nas apresentações feitas na primeira aula de Técnica Somática de 2014.2 cerca de 20% dos alunos afirmaram nunca terem feito aula de dança.

Avaliar a disponibilidade corporal do candidato à vaga, sua compreensão sobre seu corpo, o espaço e o tempo para os docentes recém-contratados pela UFPB para esse Curso é o suficiente para que uma pessoa possa ingressar na licenciatura e, após quatro anos de estudos, no mínimo, graduar-se como professor de dança. Fala-se aqui, especialmente, da formação do professor que esteja apto para lecionar, assumir a disciplina artes na escola formal e, ainda, ministrar aulas de dança em projetos extracurriculares que vislumbram a educação integral, a exemplo do Programa Mais Educação. Claro que também há preocupação com os profissionais que ocuparão os segmentos não-formais do ensino da dança, mas o foco principal é para os ambientes educativos formais. Curiosamente, ao serem questionados sobre quais suas pretensões trabalhistas ao se formarem, vários alunos apontaram o desejo em seguirem carreira acadêmica, quer dizer, serem professores universitários.

3. Universidade e cidade: que pensamento se produz sobre dança?

O Curso de Licenciatura em Dança da UFPB atende a uma demanda real da cidade de João Pessoa e arredores. Há uma carência em profissionais dessa área de conhecimento com formação superior. Isso ficou evidente no concurso aberto pela prefeitura da cidade que, em edital, abriu vagas para vinte professores de dança para atuarem nas escolas da rede pública

municipal. O número reduzido de inscrições levou a uma retificação no referido edital, abrindo a possibilidade de inscrição para licenciados em Artes Cênicas.

Contudo, a Licenciatura em Dança não foi apenas uma solicitação da classe artística junto à universidade. A iniciativa partiu da reitoria, que empreendeu esforços para viabilizar o Curso. A partir dessa solicitação direta, três professores do Departamento de Artes Cênicas: Guilherme Schulze, Lúcia Serpa e Valéria Vicente, escreveram o PPC e deram encaminhamento ao processo que resultou na abertura da Licenciatura. Foram realizados concursos para compor o corpo docente que é majoritariamente composto por professores concursados em novembro de 2012: dos dez professores do Curso oito foram contratados em 2013. Esse aspecto deve ser levado em consideração uma vez que todos os contratados se encontravam residindo em outros estados brasileiros, trazendo informações diferentes das que circulavam em João Pessoa. Esse novo corpo docente, teve meses para se preparar antes do início das aulas para a primeira turma, construindo mais concretamente, a partir do PPC, o encadeamento das disciplinas e de todo o Curso.

Esses fatos oferecem pistas sobre as diferenças entre o pensamento de dança vigente na cidade e o Curso proposto pela universidade. O trabalho da escrita do PPC foi árduo e a escolha foi por pesquisar como outras graduações em dança foram estruturadas no Brasil, além do embasamento teórico dos PCN's. Foram estudados minuciosamente os cursos da UFC, UFPE, UFBA e UFRN.

A estrutura escolhida possui quatro eixos: um que aprofunda os estudos do movimento numa perspectiva labaniana⁹, outro que abarca disciplinas voltadas para a área de dança-educação, o terceiro que inclui as danças brasileiras e um quarto que contempla teoria e história da dança. Pensou-se em tratar nessa graduação o estudo de danças brasileiras sob uma perspectiva inovadora. Ao invés de estudar técnicas estrangeiras para preparação corporal, como por exemplo, o balé, foram introduzidos componentes curriculares que preparam o corpo a partir das técnicas advindas das tradições populares brasileiras, como o frevo, cavalo marinho, coco de roda, entre outras. Além disso, a abordagem que se pretende dar a esses componentes curriculares é de uma dança investigativa e não de pura reprodução de passos.

Visto que apenas em disciplinas optativas poderão ser contempladas técnicas que os ingressos das duas turmas dominam como o balé, hip-hop, dança contemporânea ou de salão, há uma crise e questionamento da pertinência e consistência do Curso. Os estudantes da primeira turma vêm se indagando do seguinte: “como, numa graduação em dança, não vou

⁹Referente ao teórico do movimento corporal, Rudolf Laban (1879 – 1958).

experimentar a minha dança?”. A partir deste questionamento pode-se perceber que o entendimento de dança proposto pelo Curso é bastante divergente do pensamento vigente na cidade. Faz-se a ressalva de que essas inquietações ainda não fazem parte do universo da turma de 2014, uma vez que os estudantes entraram agora e, por ora, estão encantados com tudo o que vivenciam na Licenciatura.

4. Como criar conexões entre as experiências anteriores e a proposta da graduação na UFPB para o melhor aproveitamento dos alunos no Curso?

No início do segundo semestre da graduação os estudantes da turma de 2013 ainda não conseguiam perceber que o que eles chamam de “a minha dança” se encaixa perfeitamente na proposta do Curso. O que se deseja é que eles tenham embasamento teórico-prático e crítico-reflexivo para transpor os conteúdos trabalhados na Licenciatura para o seu repertório pessoal de movimento, fomentando, deste modo, uma dança única, que amplie a expressividade de movimentos e gestos. Porém, esse entendimento passava longe dos interesses desses alunos, que tinham como objetivo o aperfeiçoamento técnico.

Observa-se que as dúvidas e anseios relacionam-se com a forma como a classe artística de João Pessoa pensa e vê a dança. Esta é praticada, na maioria das vezes, de acordo com a pedagogia tradicional em que o professor ou *maître* de dança ensina os códigos de movimento (do mesmo modo que ele também aprendeu) e o aluno simplesmente os reproduz, sem que tenha abertura para (re)pensar ou (re)criar o que lhes está sendo passado. Isso se coloca em consonância com o pensamento de Freire (2006, p. 10) ao dissertar sobre o comportamento do aluno em relação ao professor no que tange a pedagogia tradicional:

[...]. Se se comporta passivamente, “domesticadamente”, procurando apenas memorizar as afirmações do autor. Se se deixa “invadir” pelo que afirma o autor. Se se transforma numa “vasilha” que deve ser enchida pelos conteúdos que ele retira do texto [professor] para pôr dentro de si mesmo (FREIRE, 2006, p. 10).

Sob este prisma, realmente fica difícil adentrar em aulas que propõem não somente a criatividade e liberdade sobre o assunto que está sendo tratado como também induz à criticidade e reflexão acerca do que se produz. Anseia-se, nessa graduação, que o estudante pense, frua e crie dança e não que apenas copie modelos existentes sem consciência do que está (re)produzindo.

Conforme Dowbor:

[...] a educação pode ou não contribuir com o processo de inclusão social do indivíduo porque a educação, como meu pai [Paulo Freire] costumava dizer, não é um processo neutro. Existe em todo ato educativo uma diretividade, uma intencionalidade de quem educa que o norteia e faz com que aqueles que são educados sejam sujeitos de seu processo de “ser gente”, ou, diferentemente, que sejam desapropriados desse processo (DOWBOR, 2008, p. 114).

Esta situação fica ainda mais evidenciada quando se trabalha com improvisação em dança. Como propor momentos de criação se até então foram acostumados a copiarem? Por mais que exista estímulo, condução e indicação dos caminhos que devem percorrer durante os processos de criação, há ainda o medo de improvisar e a sensação de que “se cria do nada!”. O medo do desconhecido traz ainda a preocupação com “o que vai sair disso aqui”? A preocupação com uma “estética do belo” também é grande, pois ao dar vazão à imaginação e criatividade correm-se sérios riscos, não se sabe ao certo o que pode acontecer. Complementando, Dowbor (2008, p. 106) afirma que “ao longo de nossa vida, aprendemos que existem limites que não devem ser ultrapassados, que existem justamente para não ser transpostos; como existem outros cuja transposição só depende de nós”, todavia é necessário coragem para expandir limites e estímulos para tal.

Questões sobre o encadeamento do Curso e a falta de sentido para o que estavam vivendo em sala de aula causaram uma crise na turma de 2013 e, conseqüentemente, um desânimo generalizado. Muitas faltas ocorreram nessa época e uma conversa deles com a tutoria¹⁰ serviu de incentivo para uma reunião do corpo docente e uma discussão mais detalhada sobre como encaminhar as questões levantadas. As mudanças começaram a ocorrer. O que se percebeu ao fim do semestre é que se abriu um espaço para que pudessem experimentar novas possibilidades de trabalho corporal. No evento do fim do semestre (2014.1), por exemplo, foi apresentado um trabalho resultado da disciplina Improvisação¹¹ em que todos os movimentos, figurinos, músicas e espaços eram decididos na hora pelo público. Esse tipo de trabalho era impensável por eles no início do Curso. Alguns alunos que posteriormente ingressaram na graduação de dança assistiram a essa apresentação e foram perguntar, perplexos, se era tudo mesmo improvisado. O fato desses alunos já entrarem no Curso com essa informação, juntamente com a PCE que os habilitaram a ingressar na universidade ameniza o impacto da proposta curricular que será oferecida a eles.

¹⁰ A Licenciatura em Dança da UFPB adotou um sistema de tutoria, na qual dois professores são responsáveis por orientar a turma em relação ao Curso e mediar situações entre alunos e docentes durante todo o período da graduação.

¹¹ Disciplina ministrada em 2014.1 pela professora do Departamento de Artes Cênicas, Bárbara Santos.

5. Breves considerações: sobre um processo em andamento

Atualmente a tendência das universidades que aderiram ao ENEM é de suprimir as provas de conhecimento específico para que o aluno possa ser selecionado pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU), como em todos os outros cursos de graduação. Dessa forma, há uma simplificação de todo o processo. A UFPB, por uma determinação do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), órgão deliberativo superior dos assuntos acadêmicos da universidade, decidiu manter as PCE.

Portanto, faz-se realmente necessário discuti-las, pois a sua aplicação viabiliza ou não os estudos em dança dos candidatos a essa graduação. Tal prova influencia no perfil do ingresso e, posteriormente, no perfil dos egressos, profissionais licenciados em dança do estado da Paraíba. As tentativas iniciais servem como experiências norteadoras que juntamente com todo o desenrolar do Curso irão corroborar com as escolhas do corpo docente a respeito do formato da PCE e se esta deve ou não permanecer como fator de seleção.

Todo o trabalho desenvolvido pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) da Licenciatura em Dança, mesmo antes do seu início, visa discutir o processo do aluno no Curso, desde sua entrada até o final da sua formação. Essa trajetória é pensada levando em consideração as possíveis mudanças no pensamento de dança na cidade, na qualidade dos serviços oferecidos pelos licenciados em dança e também possíveis impactos na criação em dança na Paraíba.

Nesse um ano de implementação do PPC e contato direto com os estudantes já é possível detectar algumas mudanças, tais como uma ampliação do conceito do que é dançar, quem pode fazê-lo e os modos como isso pode ocorrer. A convivência diária com pessoas que dançam estilos diferentes é de grande valia para esse processo. Cada estilo carrega consigo um modo de perceber e estar no mundo e as trocas constantes entre os alunos abrem novas possibilidades de aprendizado.

O processo democrático instaurado no Curso, em que as inquietações dos alunos e professores são acolhidas e discutidas em várias instâncias (NDE, tutoria, reuniões individuais e coletivas, sala de aula) parece ser um caminho proveitoso para os encaminhamentos do Curso e suas implicações. Espera-se que o estabelecimento desse Curso ajude não só na profissionalização dos professores de dança da cidade, mas que promova a ampliação do campo da dança na Paraíba nos aspectos conceituais, do ensino-aprendizagem, estéticos, artísticos e como área de conhecimento. Por conseguinte, reflexões acerca de como, para

quem, onde e por que se faz dança são fundamentais para o pensamento de dança que está se estabelecendo no Curso e que pode vir a se reverberar de forma positiva para os profissionais que atuam com esta linguagem artística no município.

6. Referências Bibliográficas

DOWBOR, Fátima F. **Quem educa marca o corpo do outro**. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. Considerações em torno do ato de estudar. In: FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

UFPB. Pró-reitoria de Graduação. Comissão permanente do concurso vestibular. Edital nº 046/ 2012. Processo seletivo – 2013. **Cursos de graduação que exigem prova de conhecimento específico:** música, teatro, artes visuais, tradução, dança. Disponível em: <file:///C:/Users/Particular/Downloads/fd156fe6196bec9ee7abd5b6dd933af0.pdf>. Acesso em: 28 set. 2014.

_____. Pró-reitoria de Graduação. Coordenação de escolaridade. Edital PRG nº 036/2013. Processo seletivo – 2014. **Cursos de graduação que exigem prova de conhecimento específico:** música, teatro, dança, artes visuais e tradução. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/prg/sites/www.ufpb.br/prg/files/EDITAL%20PRG%20%2036%20-%202013%20%20Processo%20Seletico%20de%20Coinhecimento%20Espec%3%ADfico%20-%20PSCE%202014.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2014.

VICENTE, Valéria; SCHULZE, Guilherme; SERPA, Lúcia. **Projeto pedagógico de curso**. Curso de Licenciatura em Dança. João Pessoa: UFPB, 2012.